

Guedes quer equipe na próxima semana

Por Daniel Rittner e Rodrigo Polito | De Brasília e do Rio

O futuro superministro da Economia em um eventual governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL), Paulo Guedes, pretende anunciar sua equipe econômica até o fim da semana que vem. Ele quer fazer o anúncio preferencialmente na terça ou na quarta-feira, segundo interlocutores próximos, em caso de vitória do capitão reformado nas eleições.

O objetivo é dar tranquilidade ao mercado, evitar especulações e mostrar que Bolsonaro realmente está comprometido com uma agenda liberal. Pelo menos meia dúzia de nomes importantes na hierarquia da nova pasta - que integraria Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) - seria divulgada de uma tacada na primeira lista.

Guedes, que tem carta branca de Bolsonaro escolher, não descarta manter algumas pessoas da atual equipe. Ana Paula Vescovi, secretária-executiva da Fazenda, é um dos nomes mais bem avaliados e só não continuaria no novo time se optasse mesmo por sair.

A chance de permanência do presidente do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo de Oliveira, é praticamente nula. O grupo de Guedes o qualifica como um funcionário ligado ao governo Dilma Rousseff e apadrinhado pelo senador Romero Jucá (MDB-RR), que não venceu a reeleição.

O anúncio deve abranger áreas como o BNDES, o Tesouro Nacional e um novo cargo para tratar de comércio exterior e assuntos internacionais - com atribuições hoje espalhadas pela área internacional da Fazenda e do Planejamento e pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.

O presidente do PSL, Gustavo Bebianno, afirmou ontem que, caso Jair Bolsonaro vença o segundo turno no domingo, os presidentes das principais estatais deverão ser trocados, inclusive os comandos da Petrobras e da Eletrobras - as duas maiores empresas públicas. "A tendência é mudar tudo", disse Bebianno, ontem à tarde, ao chegar à casa do empresário Paulo Marinho, onde ocorrem as gravações dos programas eleitorais de Bolsonaro, na zona sul do Rio de Janeiro.

A residência contava, na tarde de ontem, com reforço na segurança por parte de agentes da Polícia Federal, devido à esperada presença do candidato do PSL.

Atualmente, a Eletrobras é

comandada por Wilson Ferreira, que chegou à presidência da estatal do setor elétrico em julho de 2016, já no governo de Michel Temer. A Petrobras, por sua vez, é presidida por Ivan Monteiro desde junho deste ano. O executivo, no entanto, chegou à empresa em 2015, ainda no governo Dilma Rousseff. Na época, deixou o cargo de diretor financeiro do Banco do Brasil para acompanhar o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, que assumiu o comando da Petrobras.

Monteiro continuou na diretoria financeira da petroleira quando Bendine deu lugar a Pedro Parente, já no governo Temer. Com a saída de Parente, foi alçado ao comando da empresa.

Ontem, na B3, as ações ordinárias do Banco do Brasil subiram 0,35%, cotadas a R\$ 39,99, enquanto Petrobras ON caiu 1,88%, cotada a R\$ 29,16 e Petrobras PN recuou 1,24%, cotada a R\$ 26,20. Já as ações ON da Eletrobras caíram 2,24%, cotadas a R\$ 22,22, enquanto as preferenciais recuaram 0,66%, cotadas a R\$ 25,57.

Bebianno previu um período de 30 dias para a definição de todos os titulares de ministérios e presidentes de estatais. Perguntado sobre a declaração de Bolsonaro no sábado, sinalizando que não descarta a permanência de Ilan Goldfajn na





presidência do Banco Central, ele disse achar Ilan "um bom nome".

Na conversa com jornalistas, Bebianno também afirmou que "talvez não seja saudável" o partido assumir a presidência da Câmara e do Senado, caso Bolsonaro vença a eleição no domingo. Segundo ele, o Congresso deve ter vida independente. "Entendemos que a concentração grande de poder no Executivo e no Legislativo talvez não seja saudável. A Câmara tem vida própria. O Congresso tem vida própria. E vai escolher o seu comandante."

Questionado sobre uma possível aproximação do atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com políticos ligados aos interesses de Jair Bolsonaro, Bebianno disse que acredita que "o presidente [da Câmara] não esteja preocupado com aquilo que seja do interesse do Jair Bolsonaro e sim com que seja o interesse do país, do Brasil".

Bebianno disse ainda que há "fortes indícios" de que o atentado contra Bolsonaro em Juiz de Fora (MG) tenha sido promovido ou ao menos contado com a participação do Primeiro Comando da Capital (PCC). Bebianno explicou que, por causa desses indícios, a segurança de Bolsonaro foi reforçada. O candidato passou a ser escoltado pela Tropa de Choque, e o contingente de policiais federais aumentou de 25 para 30 homens.

"Todos os dias recebemos informes. Em relação ao PCC, há uma investigação que está sendo feita. Há fortes indícios. A investigação corre em sigilo. O pouco de informações que nós temos já são informações suficientes para que haja um cuidado redobrado", completou.

Guedes tem interesse em equipe econômica de Temer

Qualidade do grupo chamou atenção de economista cotado para assumir Fazenda

Mariana Carneiro

Brasília - Caso Jair Bolsonaro (PSL) seja eleito no próximo domingo (28), abre-se o caminho para que seu assessor econômico, Paulo Guedes, faça convites para que integrantes da atual equipe econômica, que já foram sondados, fiquem em seus cargos.

A formação da equipe e a formulação de um plano de governo já estão sendo estudadas pelo assessor de Bolsonaro, que deve assumir o comando de toda a área econômica caso o candidato vença a disputa, reunindo os ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior e a secretaria do PPI (programa de parcerias e investimentos), hoje vinculada à Presidência da República.

Em reuniões na Fazenda e no Planejamento, para tratar de uma eventual transição, Guedes se aproximou de Mansueto Almeida (secretário do Tesouro) e de Marcos Mendes (secretário especial do Ministério da Fazenda). Não foram feitos convites formais, mas o

assessor de Bolsonaro ficou impressionado com os dois, dizem pessoas próximas, e sondou o interesse.

No Planejamento, a atenção de Guedes se voltou ao secretário de coordenação e governança das estatais, Fernando Soares, e de integrantes de sua equipe. Os encontros ocorreram no mês passado.

Os secretários da Fazenda demonstraram o conhecimento desejado por Guedes sobre o funcionamento da máquina pública e sobre assuntos considerados prioritários pela equipe de Bolsonaro na área econômica: a administração do déficit público e a privatização de estatais.

O programa de Bolsonaro promete zerar o déficit público em um ano com a privatização de dezenas de estatais.

Antes de chegar ao Tesouro, Mansueto já havia se firmado como destacado especialista em finanças públicas. Chegou a ser cotado para assumir um posto no governo se Aécio Neves (PSDB) fosse eleito e Armínio Fraga comandasse a Fazenda.

Mendes, por sua vez, coordena a relação da Fazenda com o Legislativo e a chamada economia política dentro do ministério, ou seja, a escolha dos temas que a, cada momento, a equipe levará para a discussão com outros setores do governo.

Alguns integrantes da equipe já teriam sinalizado que pretendem deixar o governo. É o caso de Ana Paula Vescovi (secretária-executiva), João Manoel Pinho de Mello (produtividade e advocacia da concorrência) e Marcelo Estevão (assuntos internacionais).

Eles foram informados pelo ministro Eduardo Guardia (Fazenda) que convites para sua permanência poderiam ser feitos por Guedes, caso Bolsonaro seja eleito. O PSL é um partido nanico, que não tem quadros técnicos.

Os secretários se colocaram à disposição para participar da transição, mas não se comprometeram em permanecer. Pinho de Mello deve retomar à academia, em São Paulo, e Estevão estuda propostas em Washington, onde mora sua família. Vescovi vive na ponte aérea entre Brasília e Vitória, onde está sua família.





Dois integrantes da equipe não devem ficar. O secretário de política econômica, Fábio Kanczuk, assume em 1º de novembro posto de representante do Brasil no Banco Mundial, substituindo Otaviano Cauto, que deixa o cargo. Mello acumula a função até o fim do governo Michel Temer.

Marcelo Caetano, responsável pela proposta de reforma da Previdência, também deixa a Fazenda sob Paulo Guedes.

No caso do Banco Central, a troca do atual presidente Han Goldfajn não é considerada prioritária.

Guedes chegou a sondar o economista, mas rumores de que ele não pretendia ficar no cargo criou mal-estar entre bolsonaristas.

O que limita o crescimento

O investimento está crescendo, mas em ritmo muito lento. Em agosto, o aumento foi de 0,3% em relação a julho, de acordo com o Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Mas o aumento captado pelo índice – aferido mensalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento – mal foi suficiente para compensar a queda de 0,3% observada no mês anterior, quando a economia ainda registrava os impactos negativos da irresponsável greve dos caminhoneiros.

O trabalho do Ipea contém também números que sugerem um quadro mais favorável para os investimentos. O indicador de agosto, na série com ajuste sazonal, é 3,5% maior do que o de um ano antes; e o resultado do trimestre terminado em agosto é 1,8% maior do que o dos três meses terminados em maio. No acumulado de 12 meses, o aumento também é de 3,5%.

A despeito do aumento expressivo na comparação anual, os investimentos continuam muito baixos, o que compromete o crescimento futuro da economia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no primeiro trimestre deste ano a taxa de investimento na economia correspondeu a 16,0% do Produto Interno Bruto (PIB), acima do registrado em 2017 (15,6% do PIB). São proporções muito baixas se comparadas às observadas em países asiáticos que cresceram e se modernizaram nas últimas décadas. Nesses países, a taxa de investimento supera 25% do PIB; em alguns deles, aproxima-se de 40%.

No Brasil, porém, essas taxas têm sido muito baixas nos últimos anos, mesmo quando comparadas com o padrão prevalecente no País neste milênio. No seu início, a gestão do PT à frente do governo federal foi fortemente beneficiada por uma conjuntura internacional muito favorável, o que estimulou o crescimento da economia brasileira e os investimentos. A taxa de investimentos calculada pelo IBGE – que registra a ampliação da capacidade produtiva por meio das aplicações em construção e em máquinas e equipamentos, chamada de

Formação Bruta de Capital Fixo, acrescida da variação dos estoques – passou de 16,4% do PIB em 2003, no primeiro ano do governo Lula da Silva, para 21,6% em 2008.

A crise financeira internacional fez essa taxa despencar para 18,8% do PIB em 2009, mas a recuperação foi rápida. Entre 2010 e 2014 – período que inclui o último ano da segunda gestão Lula e todo o período do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff –, os investimentos sempre estiveram 20% acima do PIB, um patamar expressivo para os padrões brasileiros.

Mas, a partir de 2015, no início do desastroso segundo mandato de Dilma – interrompido pelo impeachment a que ela foi submetida em 2016 –, o quadro se deteriorou rápida e agudamente. De 20,5% do PIB em 2014, a taxa de investimentos cai para 17,4% no ano seguinte, 16,4% em 2016 e 15,6% em 2017. No ano passado, quando o gráfico da taxa de investimentos pareceu ter atingido o fundo do poço, começaram a surgir sinais mais consistentes de recuperação da atividade econômica. Isso chegou a estimular projeções mais otimistas sobre a aceleração do ritmo de crescimento, mas as estatísticas mais recentes contrariaram as previsões.

A baixa taxa de investimentos em 2017 foi atribuída pelos pesquisadores do IBGE ao tombo na indústria de construção civil – importante componente da FBCF –, que registrou queda de 5%. E, como o setor público tem forte participação no volume de obras civis, o tombo da construção foi atribuído aos cortes dos investimentos dos governos. Em períodos de crise fiscal, como a que assola as finanças da União, gestores de recursos públicos costumam reduzir os investimentos.

Será lenta, por isso, a retomada dos investimentos públicos. O crescimento nos próximos anos dependerá ainda mais dos investimentos privados, os quais estão condicionados à confiança que o futuro governo conseguir instilar no empresariado.

CONJUNTURA »

Orçamento adequado para 2019



Colnago admite que proposta é restritiva, mas dá condições para atravessar o ano que vem

Mesmo com o risco iminente de descumprimento de regras fiscais, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que o próximo presidente da República terá um Orçamento que dará plenas condições de “atravessar” 2019 com “tranquilidade”. O porta-voz da equipe econômica admitiu, porém, que a peça orçamentária do próximo ano é restritiva para o custeio da máquina pública. Com maiores chances de vitória no pleito, os assessores econômicos do candidato do PSL ao Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro, já iniciaram as conversas com o governo atual para a transição.

Ontem o ministro se reuniu com Ricardo Alberto Volpe, diretor da

Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, para tratar sobre a alocação de recursos das emendas parlamentares em 2019. A proposta de Orçamento enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional em agosto prevê que as despesas discricionárias — aquelas que não são obrigatórias — sejam de R\$ 102,5 bilhões em 2019. O montante é considerado baixo, dado os padrões históricos.

Já os gastos obrigatórios vão continuar crescendo, seguindo a tendência dos últimos anos, e atingir 93% de todo o custo do governo. A evolução dessas despesas é gerada, principalmente, pelos benefícios previdenciários — que respondem por cifra próxima de 50% de todo o Orçamento e estão aumentando acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Apesar disso, a Emenda Constitucional 95, que trata sobre o teto dos gastos, limita o aumento das despesas à inflação registrada no ano anterior e, por isso, sobra menos espaço para investimentos e outros desembolsos.

A equipe econômica de Bolsonaro, comandada pelo

economista Paulo Guedes, defende que o teto de gastos seja mantido, mas precisará de ajustes, sem explicação de quais. Outro problema é a regra de ouro, que estabelece que o governo federal não pode emitir dívida para pagar despesas correntes, como salários e benefícios previdenciários. Com o Orçamento cada vez mais apertado, há um espaço reduzido para o cumprimento das legislações. “É um Orçamento restritivo em relação às despesas de custeio, mas nós entendemos que há plenas condições de atravessar 2019”, ressaltou. Analistas em contas públicas defendem que é preciso fazer reformas, como a da Previdência Social para equilibrar as contas.

Durante a reunião na Câmara, Colnago disse ainda que os parlamentares precisam destinar os recursos das emendas para obras e projetos que estão em andamento, como do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Tem um conjunto muito grande de obras e projetos em aberto que poderiam ser beneficiados pela melhor alocação de recursos de emendas. O ideal é que se canalize recursos de emendas para projetos que já estão em aberto”, argumentou. (HF)